

## Acórdão nº 9.203/2015/Plenário-TCE/AC

**NATUREZA DO FEITO:** Processo nº 16.238.2012-10-TCE (C/ 02 Volumes e 05 Anexos)  
**ASSUNTO:** Prestação de Contas do Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr – IDEP/DM, exercício de 2011  
**RESPONSÁVEL:** Senhor Irailton de Lima Sousa  
**RELATOR:** Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro  
**REVISOR:** Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

Prestação de Contas. Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional. Omissão no dever de prestar contas. Grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Injustificado dano ao erário, decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico. Irregularidade. Aplicação de multa. Remessa de cópia da decisão ao Ministério Público Estadual. Condenação à devolução de valores.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, ACORDAM os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à **unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro-Relator**, com fulcro no art. 51, inciso III, alíneas “a”, “b” e “c”, da LCE nº 38/93, considerar **irregular** a Prestação de Contas do Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr – IDEP-DM, exercício orçamentário e financeiro de 2011, de responsabilidade do Senhor **Irailton de Lima Sousa**, Diretor-Presidente à época. **Decidiu-se, ainda, por maioria, nos termos do voto do Conselheiro-Relator: 1.1) aplicar multa** ao referido gestor, prevista no art. 89, inciso II, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 139, inciso II, da Resolução TCE nº 30/96, na quantia de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), a ser recolhida em favor do Tesouro Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias, em face das seguintes irregularidades e falhas: **a)** ausência de parecer sobre as contas; **b)** ausência de comprovação de diárias no valor de R\$ 7.940,15 (sete mil, novecentos e quarenta reais e quinze centavos); **c)** ausência de comprovação de suprimentos de fundos no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); **d)** ausência de documentos quanto à formalização de contratos firmados com consultores, por dispensa de licitação; **e)** pagamento à pessoa física para executar serviços de vigilância, por um período superior a 06 (seis) meses, sem a devida justificativa; **f)** pagamento de multa de trânsito na quantia de R\$ 319,23 (trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos); **g)** pagamento de multa por atraso na Declaração de Débitos Tributários Federais – DCTF, no montante de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); **h)** ausência de assinatura do gestor responsável nos demonstrativos contábeis e financeiros; **i)** saldo em extratos bancários a comprovar no valor de R\$ 136,66 (cento e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos); **j)** fracionamento irregular de despesas; e **k)** ressalvas enumeradas às fls. 385/386, item 5.2, letras “a” a “j” dos autos; **2.1) notificar o atual gestor** para conhecimento e correção das irregularidades e falhas apontadas pela área técnica; e **3.1) encaminhar cópia** dos autos ao **Ministério Público Estadual**, para as providências que entender cabíveis. Após as formalidades de estilo, pelo arquivamento dos autos. **Decidiu-se, também, por maioria, nos termos do Voto do Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, seguido pelo Conselheiro Antônio Jorge Malheiro,**

## **(Acórdão nº 9.203/2015/Plenário-TCE/AC – FL. 02 de 02)**

**Conselheira Maria de Jesus Carvalho de Souza e com voto de desempate da Conselheira-Presidenta: 1.2) excluir a instauração de tomada de contas**, uma vez que os valores dos suprimentos de fundo e das diárias não comprovados já foram apurados nestes autos; **2.2) estipular o valor da devolução pelo Senhor Iraiton de Lima Sousa, em R\$ 13.446,04** (treze mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quatro centavos), devendo ser atualizado e recolhido aos cofres estaduais, no **prazo de 30 (trinta) dias**, face as seguintes irregularidades: **a)** ausência de comprovação de diárias no valor de R\$ 7.940,15 (sete mil, novecentos e quarenta reais e quinze centavos); **b)** ausência de comprovação de suprimentos de fundos no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais); **c)** pagamento de multa de trânsito na quantia de R\$ 319,23 (trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos); **d)** pagamento de multa por atraso na Declaração de Débitos Tributários Federais – DCTF, no montante de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); e **e)** saldo financeiro não comprovado de R\$ 136,66 (cento e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos); e **3.2) aplicar multa** prevista no art. 88, da LCE nº 38/93 combinado com o artigo 138, § 1º, da Resolução TCE nº 30/96, no valor de **R\$ 1.344,60** (mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sessenta centavos), correspondente a **10%** (dez por cento) sobre o valor a ser devolvido, a ser recolhido em favor do tesouro estadual, no **prazo de 30 (trinta dias)**, de tudo dando ciência a esta corte. **Divergente, em parte, o Conselheiro-Revisor**, que votou por eximir o gestor quanto à responsabilidade e o dever de devolução aos cofres públicos estaduais da quantia de R\$ 1.005,89 (mil e cinco reais e oitenta e nove centavos) e do pagamento de multa acessória de 10% (dez por cento) no valor de R\$ 100,58 (cem reais e cinquenta e oito centavos), bem como sobre a conveniência e oportunidade de encaminhamento de cópia dos presentes autos ao MPE/AC. Ausente, justificadamente, a Excelentíssima Senhora Conselheira Dulcinéia Benício de Araújo.

**Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre**

**Rio Branco – Acre, 11 de junho de 2015**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**  
Presidenta do TCE/AC

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**  
Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**  
Voto vencedor em parte

Fui presente:

**ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA**  
Procuradora-Chefe do MPE/TCE/AC